



FPA Comunica

18

maio de 2015

PARTE I

Fundação Perseu Abramo - Partido dos Trabalhadores

# ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS FEDERAIS NO PERÍODO RECENTE

# Expediente

Esta é uma publicação da Fundação Perseu Abramo.

## Diretoria Executiva

Presidente

Marcio Pochmann

Vice-Presidenta

Iole Ilfada

Diretoras

Fátima Cleide, Luciana Mandelli

Diretores

Joaquim Soriano, Kjeld Jakobsen

## Conselho Curador

Hamilton Pereira (presidente), André Singer, Eliezer Pacheco, Elói Pietá, Emiliano José, Fernando Ferro, Flávio, Jorge Rodrigues, Gilney Viana, Gleber Naime, Helena Abramo, João Motta, José Celestino Lourenço, Maria Aparecida Perez, Maria Celeste de Souza da Silva, Nalu Faria, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Pedro Eugênio, Raimunda Monteiro, Regina Novaes, Ricardo de Azevedo, Selma Rocha, Severine Macedo, Valmir Assunção

## 1. Justificativa

O Brasil vem passando por mudanças na oferta educacional. A partir das duas últimas décadas, observou-se redução significativa do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

No período, também houve expansão do ensino médio e do superior. Apesar da expansão, o acesso dos jovens ao ensino superior é ainda muito restrito e concentrado nas camadas mais ricas da população.

Algumas iniciativas visando alteração dessa realidade foram formuladas pelo Governo Federal, entre elas destaca-se o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Lei de Cotas e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Devido a sua importância e sua implementação recente, os efeitos dessas iniciativas na sociedade merecem ser explorados e analisados.

Aproveita-se para informar que o conjunto de dados analisados foi sistematizado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao mesmo tempo, adianta-se que o **FPA Comunica** procura antecipar resultados de pesquisas e estudos realizados por pesquisadores e estudiosos associados à Fundação Perseu Abramo (FPA).

## 2. Objetivo e aspectos metodológicos da pesquisa

O objetivo dessa investigação foi verificar em que medida os programas federais mencionados vêm contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior dos jovens de 18 e 24 anos.

O estudo buscou responder as seguintes perguntas: Qual o perfil dos jovens que têm acesso ao ensino superior no Brasil, em relação à renda familiar? Qual o perfil dos jovens que não tiveram acesso ao ensino superior, em relação à renda familiar e escolaridade? Como foi a evolução do acesso ao ensino superior e a inclusão dos jovens das classes mais baixas no período após a implementação dos programas federais voltados para este fim, com destaque ao Prouni?

Para responder a estas perguntas, foram realizados procedimentos de tradição quantitativa a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foram utilizadas informações do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O recorte territorial utilizado foi o Brasil, e o recorte temporal considerou a evolução histórica para os anos 1998, 2005, 2012. Considerou-se o ano de 2005 o ponto central de análise por ser o ano da entrada em vigor do Prouni, principal programa de democratização da escolaridade inserido na estratégia federal de expansão do ensino superior.

A partir de uma adaptação da metodologia apresentada por Dachs & Andrade (2007), elaborou-se uma tipologia para analisar a situação educacional dos jovens de 18 anos a 24 anos na Pnad – ver *Quadro 1*. Por fim, para agrupar os jovens segundo renda, optou-se em realizar uma distribuição da renda familiar mensal segundo quintis para todo o período abordado.

**Quadro 1 – Tipologia de análise da situação educacional**

Não concluiu o ensino fundamental	Nunca Frequentou escola Frequentou educação infantil Não concluiu o ensino fundamental Frequenta regular ensino fundamental Frequenta supletivo do ensino fundamental Frequenta alfabetização de adultos
Concluiu apenas o ensino fundamental, mas não concluiu o ensino médio	Não frequenta, mas concluiu o ensino fundamental Não concluiu o ensino médio Frequenta regular ensino médio Frequenta supletivo do ensino médio
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	Frequenta o curso pré-vestibular Concluiu o ensino médio
Tiveram acesso ao superior (frequenta ou frequentou)	Frequenta o ensino superior Frequenta mestrado ou doutorado Frequentou o ensino superior Frequentou mestrado ou doutorado

Fonte: DACHS & ANDRADE (2007) adaptação.

### **3. O retrato do acesso dos jovens ao ensino formal no passado recente**

A análise a seguir visa abordar a distribuição dos jovens de 18 anos a 24 anos segundo sua inserção no ensino formal e segundo diferentes classes de renda familiar. Como ponto de partida, optou-se por apresentar as informações de 2005, ano onde se inicia o principal programa da estratégia do Governo Federal para ampliar o acesso dos jovens de baixa renda ao ensino superior. Posteriormente, apresenta-se um contraponto das mesmas informações para os anos de 1998 e 2012, a fim de verificar os efeitos das iniciativas governamentais ocorridas no Governo Lula e Dilma no campo do ensino superior.

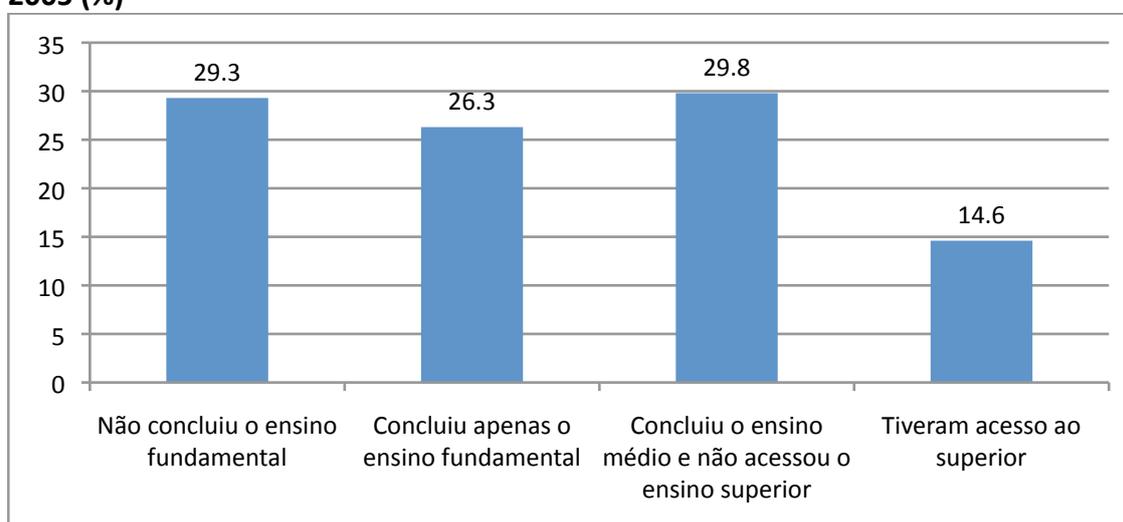
Em 2005, as informações extraídas da Pnad apontavam que 29,3% dos jovens de 18 a 24 anos não haviam concluído o ensino fundamental. E ainda, 26,3% dos jovens nessa faixa etária concluíram o ensino fundamental e não acessaram o ensino médio ou acessaram sem concluí-lo.

Constata-se que a soma das duas faixas de escolaridade descritas correspondem a 55,6% dos jovens de 18 anos a 24 anos. Ou seja, mais da metade dos jovens brasileiros

não atendiam aos requisitos educacionais formais mínimos para o ingresso ao ensino superior. Em 2005 isso representava um contingente de 13,3 milhões de jovens em situação de atraso escolar, e um desafio relevante para o avanço do país para os próximos anos.

Em 2005 os jovens que haviam concluído o ensino médio e não haviam acessado o ensino superior representavam 29,8%, enquanto os jovens que haviam acessado o ensino superior – sejam cursando ou já formados – representavam a 14,6% da proporção dos jovens de 18 a 24 anos.

**Gráfico 1 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo situação escolar - Brasil – 2005 (%)**

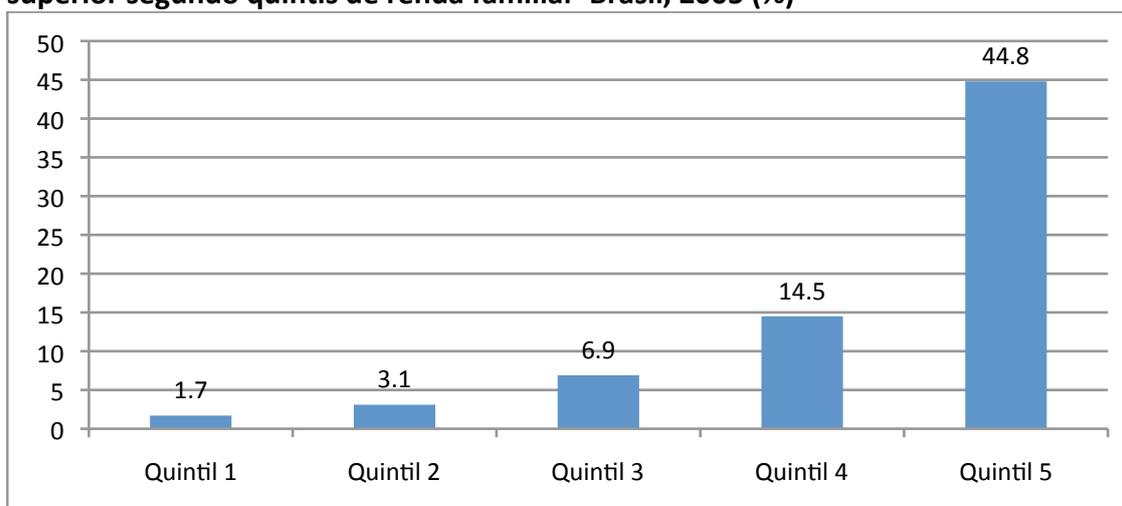


Fonte: IBGE/PNAD.

Ao observar a distribuição dos jovens de 18 anos a 24 anos que tiveram acesso ao ensino superior segundo quintis da renda familiar, nota-se que a principal dificuldade de inserção se concentrava nas camadas mais baixas de renda.

Em 2005 apenas 1,7% dos jovens pertencentes ao primeiro quintil (faixa de renda mais baixa) de renda familiar tiveram acesso ao ensino superior, seguidos dos jovens do segundo quintil com inserção de 3,1%. Por outro lado, dos jovens de 18 anos a 24 anos que pertenciam ao quinto quintil (faixa de renda mais alta), cerca de 45% haviam acessado o ensino superior.

**Gráfico 2 - Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos que tiveram acesso ao ensino superior segundo quintis de renda familiar Brasil, 2005 (%)**



Fonte: IBGE/PNAD.

Os dados referentes a 2005 aqui apresentados apontavam que ainda restavam desafios a serem superados pelo governo brasileiro para a ampliação do acesso dos jovens ao ensino superior, principalmente em relação à inserção dos jovens pobres aos níveis mais altos de ensino.

#### **4. A estratégia do Governo Federal para ampliar o acesso ao ensino superior**

Tendo como ponto de partida diagnóstico semelhante ao apresentado na seção anterior, o Governo Federal elaborou uma estratégia para expansão do acesso ao ensino superior para as camadas mais pobres da juventude. A estratégia iniciada no Governo Lula (2003-2010) e continuado pelo Governo Dilma, teve como principal iniciativa o Programa Universidade para Todos (Prouni), que somado ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), Lei de Cotas e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica buscavam ampliar significativamente o número de vagas na educação superior.

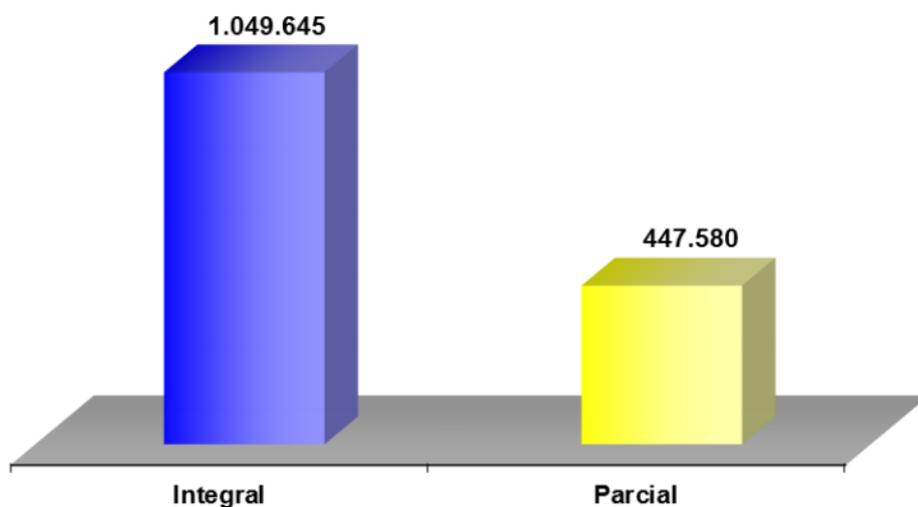
O Prouni foi criado pela Medida Provisória nº. 213, de 10 de setembro de 2004, institucionalizado pela Lei nº. 11.096 de 13 de janeiro de 2005 e regulamentado pelo Decreto nº. 5.493, de 18 de julho de 2005.

O objetivo do programa é concessão de bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (de 50% ou de 25%) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior - IES, com ou sem fins lucrativos. As IES que aderirem ao programa terão a seguinte isenção tributária: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social.

O público alvo é formado por estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. O Prouni realiza a seleção dos candidatos por meio de notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que avalia o desempenho dos estudantes que concluíram o ensino médio.

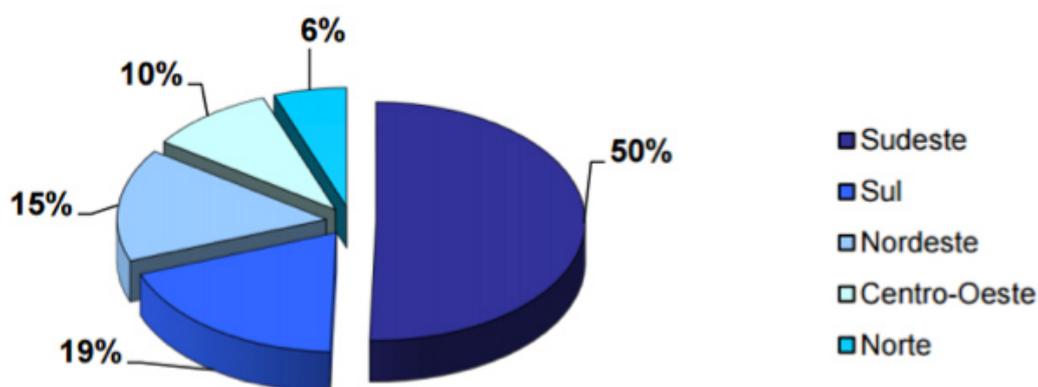
O Prouni já atendeu mais de 1.497.225 bolsistas entre 2005 e 2014, sendo 70% destes com bolsas integrais. Metade desses bolsistas está na região Sudeste, seguidos pelas regiões Sul (19%), Nordeste (15%), Centro-Oeste (10%) e Norte (6%).

**Gráfico 3- Bolsistas do Prouni – Tipo de Bolsa. Brasil, 2005-2014**



Fonte: MEC/Sisprouni, 2014. Elaboração própria.

**Gráfico 4- Bolsistas do Prouni – região geográfica. Brasil, 2005-2014**



Fonte: MEC/Sisprouni, 2014. Elaboração própria.

Participaram do programa 1,4 mil Instituições de Ensino Superior. Apenas no ano de 2013, estas empresas receberam cerca de R\$ 750 milhões de isenção tributária. Respeitando a distribuição dos bolsistas, a parcela mais significativa da renúncia fiscal direcionada para IES encontrava-se nas regiões Sudeste e Sul – Ver Tabela 1.

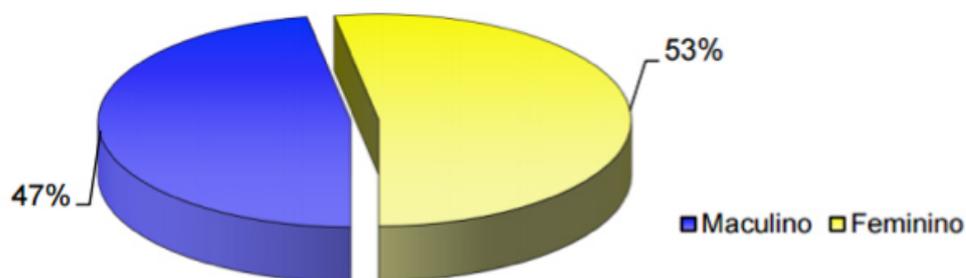
**Tabela 1 - Renúncia fiscal das IES do Prouni – Regiões geográficas. Brasil, 2011-2013**

<b>REGIÕES (R\$)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
NORTE	R\$ 42.784.499	R\$ 37.912.512	R\$ 35.657.952
NORDESTE	R\$ 118.981.713	R\$ 98.589.491	R\$ 92.726.626
CENTRO-OESTE	R\$ 40.856.553	R\$ 19.193.947	R\$ 18.052.532
SUDESTE	R\$ 410.136.212	R\$ 298.307.174	R\$ 280.567.605
SUL	R\$ 138.184.753	R\$ 49.948.818	R\$ 46.978.489
TOTAL	R\$ 750.943.828	R\$ 503.951.944	R\$ 473.983.202
<b>REGIÕES (%)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
NORTE	5,7	7,5	7,5
NORDESTE	15,8	19,6	19,6
CENTRO-OESTE	5,4	3,8	3,8
SUDESTE	54,6	59,2	59,2
SUL	18,4	9,9	9,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/Relatórios Secretaria de Educação Superior 2011, 2012 e 2013. Elaboração própria.

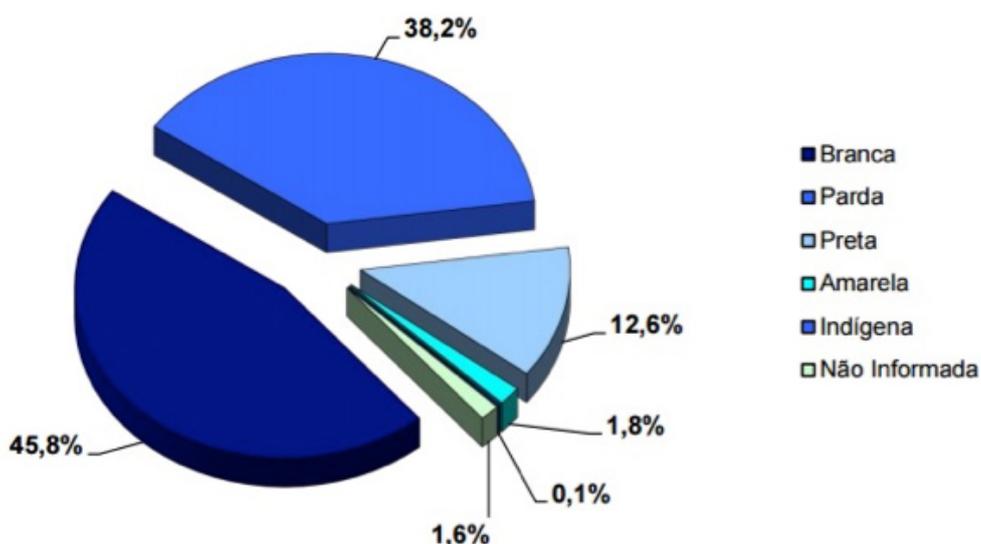
O Prouni vem atendendo ao seu público alvo: brasileiros não portadores de diploma de curso superior com ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; estudantes portadores de deficiência e estudantes autodeclarados indígenas e negros; professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda. Os Gráficos 5 ao 8 ilustram essas informações sobre o perfil dos bolsistas.

**Gráfico 5- Bolsistas do Prouni – gênero. Brasil, 2005-2014**



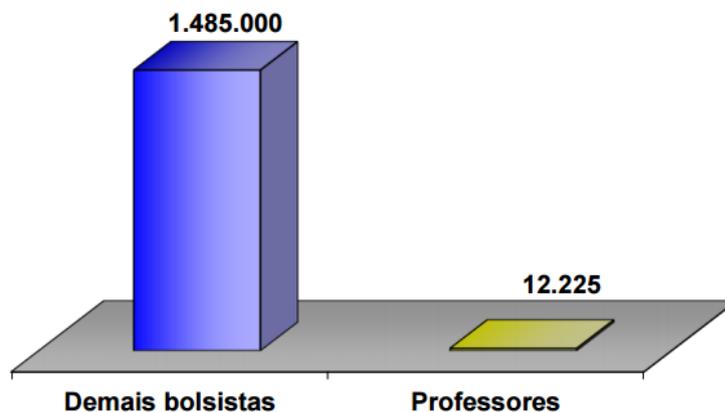
Fonte: MEC/Sisprouni, 2014. Elaboração própria.

**Gráfico 6 - Bolsistas do Prouni – raça/cor. Brasil, 2005-2014**



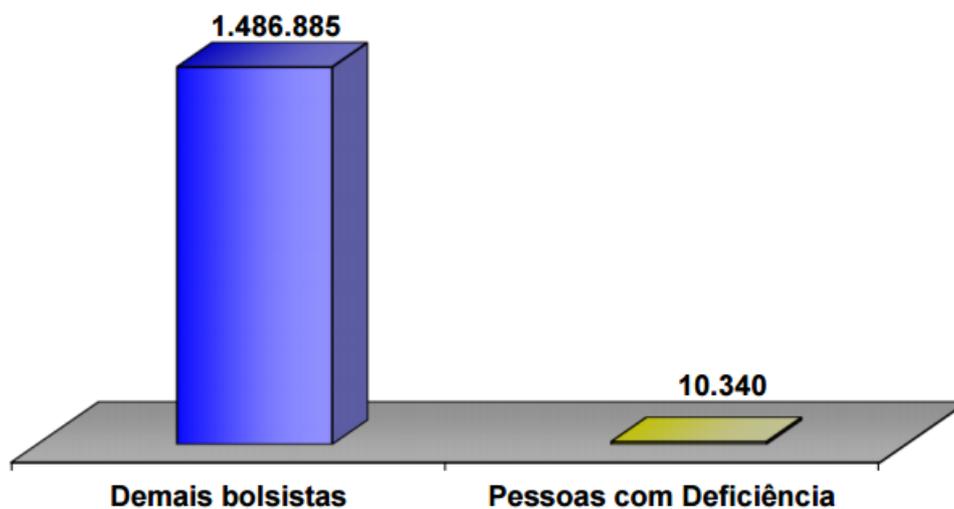
Fonte: MEC/Sisprouni, 2014. Elaboração própria.

**Gráfico 7 - Bolsistas do Prouni – Professores de educação básica pública. Brasil, 2005-2014**



Fonte: MEC/Sisprouni, 2014. Elaboração própria.

**Gráfico 8 - Bolsistas do Prouni – tipo de deficiência. Brasil, 2005-2014**

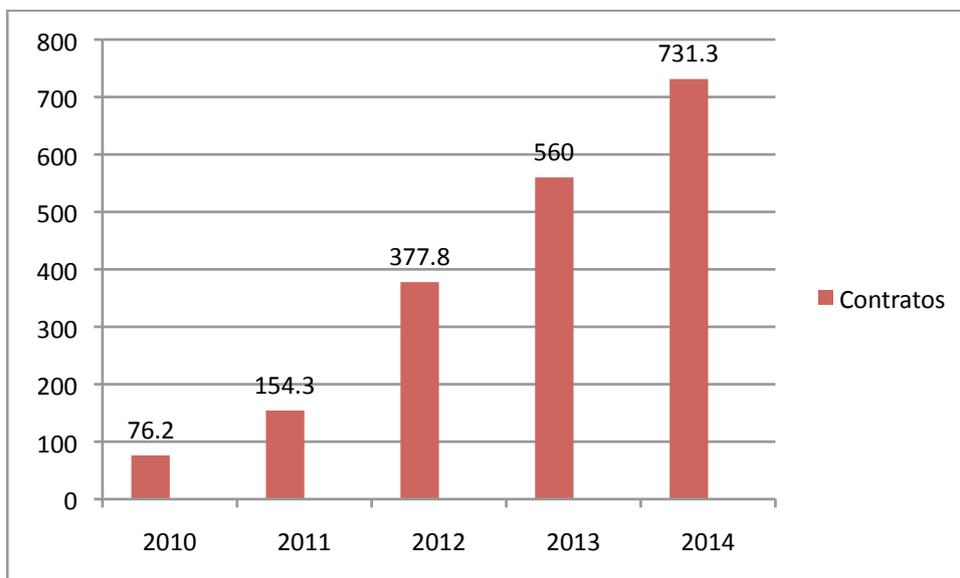


Fonte: MEC/Sisprouni, 2014. Elaboração própria.

O programa possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. O Fies também financia a graduação na educação

superior de estudantes que não fazem parte do Prouni, sendo em ambos os casos cobrados pelo crédito estudantil 3,4% de juros ao ano. O Ministério da Educação investiu R\$ 9 bilhões no Fies em 2014, representando 731 mil contratos.

**Gráfico 9- Nº de contratos do FIES (em mil). Brasil, 2005-2014**

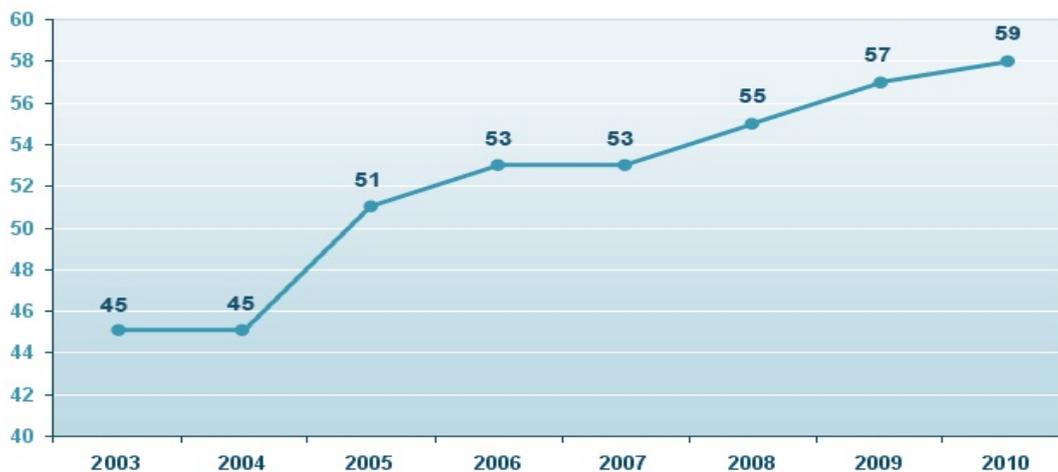


Fonte: MEC/FIES. Elaboração própria.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) visa retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. No escopo do Reuni estão o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão escolar.

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi.

**Gráfico 10 – Programa Reuni: Evolução do número de universidades federais, Brasil 2003-2010.**



Fonte: MEC/Reuni, 2014. Elaboração própria.

Soma-se a estratégia do Governo Federal a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que consiste em um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800 de 2006 para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados e municípios brasileiros.

A estratégia do Governo Federal também conta com expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica composta de: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Universidade Tecnológica Federal. A quantidade de escolas técnicas passou de 140 para 345 unidades entre 2002 e 2010, sendo ainda prevista a entrega de 208 novas unidades até 2014.

Agrega-se como fator que possa ter contribuído para expansão do acesso dos jovens de baixa renda ao ensino superior, além dos programas públicos mencionados, o ambiente macroeconômico favorável que propiciou elevação de renda da população, e por consequência permitiu o ingresso dos jovens em universidades privadas sem a necessidade de bolsas ou subsídios por parte do Governo.

## 5. A evolução histórica do acesso dos jovens ao ensino formal no período 1998-2012

A evolução histórica das informações revelaram avanços no campo educacional nos últimos 15 anos. O primeiro aspecto foi a redução do contingente de jovens entre 18 anos e 24 que não haviam concluído o ensino fundamental de 49,2% para 18,6%, entre 1998 e 2012. A parcela dos jovens que havia apenas concluído o ensino fundamental se manteve praticamente estagnado ao longo do período, variando de 25,5% para 26,4%.

Os avanços que merecem destaque se referem aos jovens que concluíram o ensino médio, com crescimento de 16,5% para 29,8% entre 1998 e 2005. Em 2012, este percentual chegou a 34,1% dos jovens.

Entre os jovens de 18 a 24 anos que acessaram o ensino superior observou-se uma variação de 8,7% para 14,6% no período 1998 e 2005. Em 2012, esta participação elevou-se para 21% dos jovens.

Em suma, constata-se elevação da escolaridade dos jovens brasileiros. Esta elevação ocorreu mais acentuadamente entre os jovens que concluíram o ensino médio e/ou entre os que acessaram o ensino superior.

**Tabela 2 - Situação Escolar dos jovens de 18 a 24 anos - Brasil - 1998, 2005 e 2012**

<b>Escolaridade</b>	<b>1998</b>	<b>2005</b>	<b>2012</b>
Não concluiu o ensino fundamental	49,2	29,3	18,6
Concluiu apenas o ensino fundamental	25,5	26,3	26,4
Concluiu o ensino médio e não acessou o ensino superior	16,5	29,8	34,1
Tiveram acesso ao superior	8,7	14,6	21,0
Total	100,0	100,0	100,0

<b>Escolaridade</b>	<b>1998</b>	<b>2005</b>	<b>2012</b>
Não concluiu o ensino fundamental	9.783.723	7.017.257	4.065.571
Concluiu apenas o ensino fundamental	5.076.171	6.290.515	5.785.632
Concluiu o ensino médio e não acessou o ensino superior	3.279.257	7.140.079	7.470.751
Tiveram acesso ao superior	1.735.117	3.486.002	4.594.544
Total	19.874.268	23.933.853	21.916.498

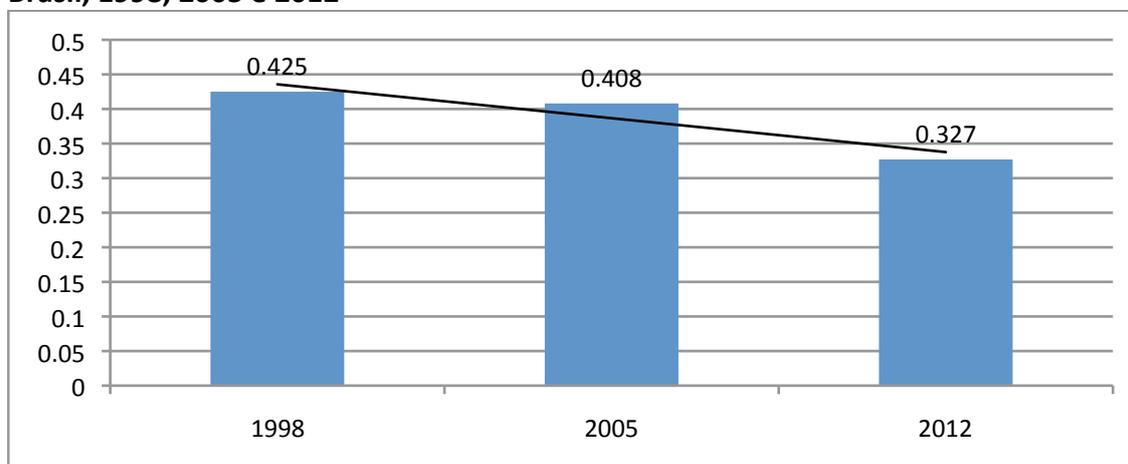
Fonte: IBGE/PNAD.

## Evolução segundo renda familiar

Tendo em vista a dificuldade de inserção dos jovens pobres de 18 a 24 anos nos graus mais elevados de ensino, vejamos se as iniciativas contidas na estratégia do Governo Federal para ampliação do acesso ao ensino superior, associadas ao ambiente macroeconômico favorável, tiveram algum efeito nas camadas mais pobres da população - representados aqui pelo primeiro e segundo quintil da renda familiar dos jovens de 18 a 24 anos.

Antes de qualquer coisa, vale a pena mencionar que a escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos está diretamente correlacionada com a renda familiar, sendo que quanto mais elevada é a renda do indivíduo, maior será o seu nível de escolaridade. Ao associar as variáveis “renda familiar” e “níveis de escolaridade” pelo método do coeficiente de Person, observa-se significância estatística na correlação entre as duas variáveis para todos os anos abordados. Vale ressaltar que a correlação entre escolaridade e renda vem diminuindo ao longo dos anos.

**Gráfico 11 – Correlação entre renda familiar e escolaridade: Coeficiente de Person – Brasil, 1998, 2005 e 2012**



Fonte: IBGE/PNAD.

Em 1998 o acesso ao ensino superior entre os jovens de renda mais baixa (primeiro quintil da renda familiar) era bastante restrito e correspondia a apenas 1% dos jovens. Em 2005, os jovens do primeiro quintil que acessaram o ensino superior representavam 1,7%. Em 2012, o conjunto de jovens pertencentes a esse quintil que

acessaram o ensino superior passou para 5,7%, mostrando possíveis efeitos do conjunto de iniciativas governamentais.

Os jovens do segundo quintil também verificaram avanços expressivos, principalmente após 2005, período em que o empenho governamental por meio de novos programas se fez presente. A participação desses jovens passou de 1,1% para 3,1%. Em 2012 a participação dos jovens do segundo quintil no ensino superior passou a representar 8,6% da distribuição.

Os jovens oriundos das camadas mais pobres também elevaram a participação entre os que concluíram o ensino médio, de 5,5% para 15,8% entre 1998 e 2005. Em 2012 esta participação chegou a representar 25,7% dos jovens do primeiro quintil.

Por meio das informações da *Tabela 3* é possível verificar uma elevação relevante da participação dos jovens do primeiro e segundo quintis nos níveis de ensino médio e superior. No período 2005-2012 pode-se atribuir parcela desse resultado ao esforço governamental para ampliar o número de vagas nesses níveis de ensino, merecendo destaque ao Programa Universidade para Todos (Prouni), ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

**Tabela 3 - Distribuição dos Jovens de 18 a 24 anos que tiveram acesso ao ensino superior segundo quintis de renda familiar – Brasil, 1998, 2005 e 2012**

<b>Escolaridade (1998)</b>	<b>Quintis renda familiar</b>					<b>Total</b>
	<b>Quintil 1</b>	<b>Quintil 2</b>	<b>Quintil 3</b>	<b>Quintil 4</b>	<b>Quintil 5</b>	
Não concluiu o ensino fundamental	77,6	68,1	53,0	35,2	15,0	49,3
Concluiu apenas o ensino fundamental	15,9	21,7	28,6	32,8	28,3	25,6
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	5,5	9,1	15,6	24,5	27,3	16,6
Tiveram acesso ao superior	1,0	1,1	2,8	7,5	29,4	8,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade (2005)</b>	<b>Quintis renda familiar</b>					<b>Total</b>
	<b>Quintil 1</b>	<b>Quintil 2</b>	<b>Quintil 3</b>	<b>Quintil 4</b>	<b>Quintil 5</b>	
Não concluiu o ensino fundamental	55,3	41,0	29,6	17,1	5,4	29,6
Concluiu apenas o ensino fundamental	27,1	31,3	30,4	27,5	15,6	26,4
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	15,8	24,7	33,1	40,9	34,2	29,8
Tiveram acesso ao superior	1,7	3,1	6,9	14,5	44,8	14,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade (2012)</b>	<b>Quintis de renda familiar</b>					<b>Total</b>
	<b>Quintil 1</b>	<b>Quintil 2</b>	<b>Quintil 3</b>	<b>Quintil 4</b>	<b>Quintil 5</b>	
Não concluiu o ensino fundamental	35,0	25,4	18,0	12,0	4,3	18,8
Concluiu apenas o ensino fundamental	33,6	32,4	29,5	23,3	14,6	26,6
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	25,7	33,6	38,0	41,5	31,6	34,1
Tiveram acesso ao superior	5,7	8,6	14,6	23,2	49,4	20,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

## 6. Bibliografia

BRASIL. Medida Provisória n 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 set. 2004, p.1 e retificada em 27 set. 2004.

\_\_\_\_ Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2001, p. 1 .

\_\_\_\_ Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2005, p. 7.

DACHS, J. N. W. & ANDRADE, C. Y. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. Campinas: NEPP, Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, maio/ago. 2007

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Orgs). Economia do Setor Público no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2005. v. 1. 560 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses estatísticas do ensino superior: graduação 2000 a 2005. Brasília, DF.

OLIVEIRA, João Ferreira. [et all]. Políticas de Acesso e Expansão da Educação Superior: concepções e desafios. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Série Documental, Texto para Discussão nO 23.

PACHECO, Eliezer. Educação Superior: Democratizando o acesso. Brasília: INEP, 2004. Série Documental, Texto para Discussão nº 12.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.). Universidade e Democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.



F U N D A Ç Ã O

---

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

<http://www.fpabramo.org.br>